

A FORMAÇÃO EM GESTÃO E PRODUÇÃO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: UM MAPA EM DEBATE

Ísis Cunha Oliveira Barbosa¹

RESUMO

O campo profissional da gestão e da produção cultural no Brasil nasceu em uma jornada dupla: pautado pela necessidade, porém desenvolvido na informalidade. Foi somente nos anos 1990 e mais adiante, na primeira década dos anos 2000, que cursos e formações para gestores e produtores foram progressivamente sendo desenvolvidos. São Paulo, um dos maiores pólos culturais do país, reúne parte desses cursos, entretanto tal quantidade não atende à demanda setorial da cidade nem se capilariza suficientemente a nível estadual, capacitando e influenciando outros municípios. Esta pesquisa teve como objetivo realizar um levantamento dos principais cursos da área oferecidos na cidade de São Paulo, adotando critérios específicos de seleção, e discutir sua existência, suas problemáticas, além de questões de democratização e acesso. Para tal, foram utilizadas como metodologia as análises descritiva, de conteúdo e de cluster.

Palavras-chave: Cultura. Gestão Cultural. Produção Cultural. Formação. São Paulo.

ABSTRACT

The professional field of management and cultural production in Brazil was born in a double journey: guided by necessity, however developed informally. It was only in the 1990s and later, in the first decade of the 2000s, that courses and training for managers and producers were progressively developed. São Paulo, one of the largest cultural centers in the country, gathers part of these courses, but such amount does not meet the sectoral demand of the city and does not spread sufficiently to the state level, training and influencing other municipalities. This research aimed to carry out a survey of the main courses in the area, offered in the city of São Paulo, adopting specific selection criteria, and to discuss their

¹ Pós-graduada em Gestão de Projetos Culturais. Graduada em Música. Analista Artístico Sênior no Teatro Municipal de São Paulo. Coordenadora de produção na Ocupação Cultural Jeholu. Email: isiscunhabarbosa@hotmail.com.

existence, their problems, as well as issues of democratization and access. For this purpose, descriptive, content and cluster analysis were used as methodology.

Keywords: Culture. Cultural Management. Cultural Production. Education. São Paulo.

INTRODUÇÃO

A escolha deste tema foi motivada por inúmeras razões, intrínsecas e extrínsecas a mim. Enquanto artista, musicista de formação, sempre senti um grande incômodo em razão da lacuna existente na grade curricular de escolas, universidades e conservatórios musicais no âmbito de conteúdos que abordassem o setor cultural, tanto em temas teóricos, na promoção de discussões sobre as definições de cultura, sobre diversidade, direitos culturais, economia cultural, políticas culturais etc., quanto em aspectos práticos da vida cotidiana do artista contemporâneo, como gestão de carreira, produção musical e cultural, aspectos jurídicos e financeiros da área, entre outros. Mesmo formada em instituições tradicionais do ensino de música, nelas só tive acesso a um estudo focado em meu desenvolvimento técnico-musical, formação essa que deixou pouco ou nenhum espaço para uma ação e construção efetivamente crítica e realista do setor da música e da cultura.

Assim, alicerçada por este incômodo interno, fruto de minha vivência e formação musical, ao procurar preencher este hiato por meio de cursos de gestão e produção cultural, deparei-me com formações deficitárias em termos de quantidade, acesso e conteúdo.

Na cidade de São Paulo, detentora de um campo cultural amplo e diverso, encontrei algumas opções de formação nesse sentido, em cursos de curto, médio e longo prazo, mas que, muitas vezes, mostraram-se inacessíveis, por inúmeros fatores, de preço a duração, o que, na prática, em larga esfera permite que apenas uma pequena parcela de profissionais da cultura tenha possibilidade de cursá-los.

Para além dos fatores apresentados, minha motivação centrou-se também na observação de que a falta de formação e de capacitação nessas áreas deixa inúmeros profissionais da cultura à mercê das circunstâncias históricas do setor cultural brasileiro, engendrado por incontáveis ausências, autoritarismos e instabilidades (Rubim, 2007), e também das decisões do aparato público e privado sobre o funcionamento e a manutenção de sistemas e leis que impactam diretamente esses trabalhadores.

Assim, diante das minhas percepções sobre o meio, observei ser relevante a realização de um levantamento, ainda que breve e local, dos cursos de Gestão e Produção Cultural, mapeando-os e sistematizando-os, para não apenas colaborar no acesso de outros profissionais de cultura que procuram formações desse gênero, mas também, a partir dos dados coletados, pontuar discussões pertinentes sobre a inexistência e a falta de acesso histórica a esses conteúdos.

Por fim, optei por focar minha pesquisa na cidade de São Paulo por ser minha cidade de residência e maior atuação artística, além de perceber sua importância enquanto polo cultural brasileiro, mas, principalmente, por sua maior concentração de cursos desta natureza, o que possibilita uma discussão ainda mais concreta.

METODOLOGIAS

Para a realização desta pesquisa, foram executados alguns passos essenciais para uma análise consistente do objeto: 1) em primeiro lugar, a realização de um levantamento bibliográfico, coletando artigos, teses e dados relativos à gestão e produção cultural no Brasil e na cidade de São Paulo; 2) uma pesquisa quantitativa, por meio do mapeamento dos principais cursos de Gestão e Produção Cultural do município; e 3) por fim, as análises descritiva, de conteúdo e de cluster² e o cruzamento da bibliografia com os dados tabulados, para o debate a respeito do campo, seus desafios e fragilidades.

BALANÇO BIBLIOGRÁFICO: A CULTURA EM CONTEXTO

Historicamente, a palavra cultura suscita fervorosas discussões, visto que, desde suas definições mais longínquas, seu caráter polissêmico não apenas multiplica verbetes, mas revela a cosmovisão de indivíduos e sociedades que a definiram e redefiniram em incontáveis épocas. Assim, emprestam-se aqui as palavras de Terry Eagleton em sua obra *The Idea of Culture* (2000), buscando não uma definição totalizante, mas uma contextualização consistente do termo:

2 *Cluster*: do inglês, agrupamento; grupo de coisas similares que estão próximas umas às outras.

A palavra *coulter*, que é cognata de cultura, significa a lâmina do arado. Derivamos, assim, a palavra que utilizamos para descrever as mais elevadas atividades humanas, do trabalho e da agricultura, das colheitas e do cultivo. [...] A raiz latina da palavra “cultura” é *colere*, o que pode significar qualquer coisa, desde cultivar e habitar a adorar e proteger. Seu significado de “habitar” evoluiu do latim *colonus* para o contemporâneo “colonialismo”, de modo que títulos como Cultura e colonialismo são, de novo, um tanto tautológicos. Mas *colere* também desemboca, via o latim *cultus*, no termo religioso “culto”, assim como a própria ideia de cultura vem na Idade Moderna colocar-se no lugar de um sentido desvanecente de divindade e transcendência (Eagleton, 2003, p. 11).

Se outrora a cultura esteve comumente atrelada ao cultivo e ao cuidado agrícola, na Idade Moderna, empregada por cientistas, filósofos e intelectuais do período, o vocábulo passou a gozar de um elevado status, associado também ao cultivo, mas de valores éticos e morais construídos no seio do ocidente europeu, o que culminou em categorizações controversas do termo, como, por exemplo, em “alta” e “baixa cultura”.

Com base em suas raízes etimológicas no trabalho rural, a palavra primeiro significa algo como “civilidade”, depois, no século XVIII, torna-se mais ou menos sinônima de “civilização”, no sentido de um processo geral de progresso intelectual, espiritual e material. Na qualidade de ideia, civilização equipara significativamente costumes e moral: ser civilizado inclui não cuspir no tapete assim como não decapitar seus prisioneiros de guerra. [...] Como sinônimo de “civilização”, “cultura” pertencia ao espírito geral do iluminismo, com o seu culto do autodesenvolvimento secular e progressivo (*idem*, 2005, pp. 19-20).

Foi somente no fim do século XIX que acepções até então inéditas de cultura tomariam forma, pautadas nas pesquisas do campo da Antropologia, na época em franco florescimento, o que resultaria na inversão do sentido do termo de “civilização” para “modo de vida”, exemplificado na definição do antropólogo Edward B. Tylor de cultura como “todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (Tylor, 1920 *apud* Laraia, 1993). Tal conceito, apesar de mais abrangente, pautava-se na observação de povos originários, considerados “exóticos” e “primitivos”, e carregava um forte tom determinista.

Não é surpreendente, portanto, que o conceito tenha encontrado um lugar tão acolhedor no estudo de sociedades “primitivas”, as quais, aos olhos do antropólogo, permitiam que seus mitos, rituais, sistemas de parentesco e tradições ancestrais pensassem por elas (Eagleton, 2005, p. 46).

Assim, apesar da bagagem formada pelas noções pré-fixadas nos séculos anteriores, a chegada do século XX permitiu que a palavra ganhasse ainda mais contornos. Devido à efervescência dos eventos transcorridos nas esferas políticas, sociais, econômicas e tecnológicas, as definições que foram criadas no período não apenas explicavam, mas fundamentavam visões que ora defendiam a cultura, ora repudiavam o que consideravam uma “não cultura”. A censura cultural promovida em países dominados por regimes nazifascistas exemplificou esse fenômeno e expõe não apenas a reflexão sobre o que é cultura, mas também sobre o que não é e como esse recorte influencia politicamente.

Em *Culture and Society 1780–1950*, propõe quatro diferentes significados de cultura: como hábito mental individual; como estado de desenvolvimento intelectual de toda uma sociedade; como o conjunto das artes; e como forma de vida global de um grupo de pessoas ou de um povo. Poderemos considerar o primeiro demasiado restrito e o último demasiado amplo; mas Williams tem um motivo político para esta definição final, dado que restringir a cultura às artes e à vida intelectual é arriscar excluir a classe trabalhadora da categoria. A partir do momento, porém, em que o conceito é alargado para incluir instituições — sindicatos e cooperativas, por exemplo — é possível afirmar, com justiça, que a classe operária produziu uma cultura rica e complexa, embora não primordialmente artística (Williams, 1958 *apud* Eagleton, 2003, p. 33).

A partir deste ponto, tomando o trecho anterior da obra de Raymond Williams (1958) como exemplo, salienta-se que a cultura, ampliada de seu caráter subjetivo para sua materialidade, pode ser expressa em seu uso político. Cultura, seja enquanto arte, forma de vida, hábito mental individual ou desenvolvimento intelectual de uma sociedade etc., não se define apenas na dimensão semântica, fechada em si, mas também em sua dimensão política.

Para a cultura, é indiferente o fim que as faculdades humanas devem prosseguir e, desta forma, parece genuinamente desinteressada ao nível do conteúdo. Limita-se a insistir na necessidade de desenvolvimento harmonioso de tais faculdades, cada uma judiciosamente contrabalançando as outras, insinuando, assim, uma política ao nível da forma. Pedem-nos assim que acreditemos que a unidade é, por natureza, preferível ao conflito, a simetria à unilateralidade. Também nos é pedido que acreditemos, ainda mais implausivelmente, que esta não é, em si, uma posição política. Pela mesma ordem de ideias, e uma vez que estes poderes serão concretizados apenas para os seus próprios fins, a cultura dificilmente poderá ser acusada de instrumentalidade política. Na realidade, porém, há uma política implícita precisamente nesta não instrumentalidade — seja a política patrícia dos que têm a oportunidade e a liberdade de afastar desdenhosamente a utilidade, ou seja a política utópica dos que desejam uma sociedade para além do valor de mercado (Eagleton, 2003, p. 31).

Com isso, avançando a discussão, já em tempos contemporâneos, é a partir de sua instrumentalidade que emergem importantes debates acerca de suas dimensões sociológica e antropológica, ilustradas na obra de Isaura Botelho (2001):

Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. [...] Por sua vez, a dimensão sociológica não se constitui no plano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize ela depende de um conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los (Botelho, 2001, p. 74).

Desta forma, tendo em vista que esta pesquisa tem como foco o caráter político da cultura, optou-se por não abordar aqui outras de suas imensuráveis definições. Com ênfase em sua dimensão antropológica, entende-se

que cultura extrapola intencionalidades artísticas, carregando em suas construções, subjetivas e materiais, modos de viver e construir, em constante intercâmbio individual e coletivo, permitindo “a uma sociedade, a um grupo ou a uma classe, experimentar, definir, interpretar e entender as suas condições de existência” (Hall, 1982 *apud* Eagleton, 2003).

Por fim, tomam-se de empréstimo novamente as palavras de Eagleton, que encerra com maestria a complexidade do termo:

Se a palavra “cultura” descreve uma decisiva transição histórica, ela também codifica várias questões filosóficas fundamentais. Num único termo, os contornos de questões como liberdade e determinismo, atividade e resistência, mudança e identidade, o que é dado e o que é criado, surgem difusamente. Se cultura significa a procura ativa de crescimento natural, a palavra sugere, então, uma dialética entre o artificial e o natural, aquilo que fazemos ao mundo e aquilo que o mundo nos faz (Eagleton, 2003, pp. 12-3).

GESTÃO E PRODUÇÃO CULTURAL NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO

Pensar gestão e produção cultural no Brasil é considerar, antes de tudo, os aspectos históricos e políticos que fomentaram a necessidade de atuação em tais áreas. Dessa maneira, consideram-se o fim da ditadura e sua transição democrática na década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura em 1985 e o estabelecimento da Constituição Federal em 1988, importantes marcos para o setor cultural como um todo e, em consequência, para o surgimento de novas formas de atuar no campo.

A gestão cultural identificada como nova atividade profissional interna ao setor cultural deve ser considerada como uma das consequências do processo de globalização provocada, ao mesmo tempo, pela confluência do dinamismo entre as políticas culturais públicas e o papel da iniciativa privada no campo da cultura (Cunha, 2007, p. 6).

Apesar do terreno “favorável” ao setor, o caminho desenhado a partir deste ponto foi caracterizado por grandes instabilidades e contradições, com instituições e políticas públicas pautadas em agendas neoliberais e no financiamento “indireto”, por meio da lei de incentivo fiscal. Tal ação, na prática, foi determinante para o reconhecimento de profissões como

a gestão cultural, pois redimensionou o papel da cultura na sociedade, complexificou as relações de trabalho e exigiu do mercado de trabalho um maior profissionalismo (Cunha, 2007).

Mas as ambiguidades em torno da implantação do novo ministério não provinham somente da instabilidade institucional. Em 1986, foi criada a primeira lei brasileira de incentivos fiscais para financiar a cultura: a chamada Lei Sarney (Sarney, 2000), concebida em um momento de fragilidade institucional da área, ainda que, de modo ambíguo, o governo estivesse criando diversos órgãos em cultura, a exemplo do próprio ministério e de outros organismos, tais como: Secretarias de Apoio à Produção Cultural (1986); Fundação Nacional de Artes Cênicas (1987); Fundação do Cinema Brasileiro (1987); Fundação Nacional Pró-Leitura, reunindo a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro (1987) e Fundação Palmares (1988). A rigor, esta lei terminava por contrariar todo este esforço, pois introduzia uma ruptura radical com os modos de financiar a cultura. Em vez de financiamento direto, agora o próprio Estado propunha que os recursos fossem buscados pretensamente no mercado, só que o dinheiro, em boa medida, era público, decorrente do mecanismo de renúncia fiscal (Rubim, 2007, p. 108).

Na década de 1990, intensificou-se a visão mercadológica do setor e, com o lema de cultura como um “bom negócio”, implementaram-se no país políticas neoliberais de cultura, visando parcerias e patrocínios da iniciativa privada. Assim, criaram-se novas necessidades específicas de conhecimento no que se entende aqui como gestão e produção cultural, tanto no que se refere à inscrição e elaboração de projetos culturais quanto ao próprio gerenciamento e venda destes projetos para o interesse privado, por meio do marketing cultural.

A possibilidade de novas fontes de financiamento (estimuladas pelo Estado); a valorização de projetos de visibilidade e apelo “comercial ou institucional” que despertassem o interesse das empresas investidoras; a competitividade entre projetos e a valorização de padrões de excelência técnica e artística, alterou as relações no campo da cultura e exigiu dos produtores um esforço acentuado para se enquadrar nos novos padrões da política cultural brasileira (Gadelha; Botelho *apud* Jordão; Birche; Allucci, 2016, p. 34).

Com efeito, este modelo político perseverou por um longo tempo no setor, culminando para que produtores e gestores buscassem cada vez mais adquirir a formação necessária para adentrar ao mercado de trabalho em eclosão.

Foi nesse cenário que nasceram os primeiros cursos de ensino formal da área: em 1995, com o bacharelado em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e, no ano seguinte, com o bacharelado de Comunicação com Habilitação em Produção em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), ainda hoje ativos.

Adentrando o século XXI, importantes decisões e acontecimentos políticos balizaram ainda mais a existência e importância destes campos para o setor. O primeiro a ser destacado foi a gestão federal de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010:

Esse quadro começa a se modificar a partir de 2003, durante o governo Lula (2003–2010), com o cantor e compositor Gilberto Gil à frente do extinto Ministério da Cultura (MinC), quando se difunde uma compreensão mais ampla de cultura e o Estado assume um papel mais ativo em termos de políticas públicas na área. As mudanças e avanços promovidos nesse período, em particular nas gestões de Gil (2003–2008) e Juca Ferreira (2008–2010) no MinC, levaram à constatação de que outros profissionais são vitais para a organização do campo da cultura (Nussbaumer; Kauark, 2021, p. 200).

Como apresentado no trecho antecedente, a chegada de um governo que não apenas criou esforços para o desenvolvimento econômico do setor, mas fortaleceu suas bases institucionais e construiu políticas públicas pautadas na escuta das demandas, no diálogo e participação ativa dos agentes produtores da cultura, reforçou o sentimento de valorização por parte de produtores e gestores culturais que, com cada vez mais apoio para buscarem formação, passaram agora também a serem compreendidos em seus papéis sociais (Jordão; Birche; Allucci, 2016).

O segundo ponto foi a instituição do Plano Nacional de Cultura (PNC). Seu pedido foi realizado por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a de número 306, no ano 2000, e foi posteriormente incluído, por meio da Emenda Constitucional número 48, de 10 de agosto de 2005, adicionando-se o parágrafo 3º ao artigo 215 da Constituição Federal de 1988. Sobre o Plano Nacional de Cultura, enquanto política pública federal de cultura, é importante destacar sua estreita relação com a capacitação e formação de gestores culturais. A regulamentação do mesmo

sucedeu somente em 2010, com a aprovação da Lei nº 12.343/10, a qual, enquanto lei, teve por obrigação estabelecer princípios, objetivos, definir prioridades e estipular metas (Jordão; Birche; Allucci, 2016).

Seguindo com a intenção de entender a relação do PNC com a formação de gestores culturais, destacam-se, entre os objetivos da lei 12.343/10, “qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado” e “profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais”. Para atingir esses objetivos, em seu Anexo Diretrizes, Estratégias e Ações, a lei apresenta como competências do Estado “qualificar a gestão cultural” e “estruturar e regulamentar a economia da cultura”. Estas competências pressupõem a existência de uma cadeia produtiva da cultura, possível somente com a profissionalização de seus atores e, mais ainda, com o reconhecimento, por parte deles, da necessidade dessa profissionalização e da relação com um mercado que, na área da cultura, nem sempre se encontra estruturado (*ibidem*, pp. 46-7).

Em seu processo, o PNC, devido ao grande número de ações propostas, estabeleceu 53 metas prioritárias, apresentadas em 2011. Destas metas, algumas relacionam-se diretamente com o tema desta pesquisa e dão argumentos institucionais e políticos para a profissionalização de gestores e produtores do país. Dá-se ênfase aqui a duas metas:

Meta 35: Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura.

Meta 36: Gestores de cultura e conselheiros capacitados em cursos promovidos ou certificados pelo Ministério da Cultura em 100% das Unidades da Federação (UF) e 30% dos municípios, dentre os quais, 100% dos que possuem mais de 100 mil habitantes (MinC, 2013, p. 13).

Além do Plano Nacional de Cultura, que discutiu a importância da formação e capacitação dos agentes culturais do país e que planejava sua execução completa, é importante citar outras iniciativas criadas sob as gestões Lula e Dilma, responsáveis direta ou indiretamente pelo fomento ao campo profissional de gestores e produtores. Estão entre elas: o Programa Cultura Viva (2004), o Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura (Prodec) (2006), o Sistema Nacional de Cultural (SNC) (2012), previsto no PNC, além dos programas ligados ao PNC, como o Programa

Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Programa Mais Cultura nas Universidades, entre outros.

Portanto, conclui-se que, desde a década de 1980 até anos recentes, a gestão e a produção trilhavam um caminho crescente de atuação e formação, nascido seguramente pela necessidade, mas que adquiriu cada vez mais meios e justificativas concretas para corroborar sua existência e continuidade.

GESTOR X PRODUTOR: PROFISSÕES EM DEBATE

Para fomentar a discussão relativa à formação em gestão e produção cultural no município de São Paulo, é preciso, de antemão, examinar possíveis concepções e antagonismos entre o que é ser “gestor” e ser “produtor”.

Enquanto profissões da história recente, seus caminhos confundem-se em uma dupla jornada de necessidade e informalidade. Ambas as práticas no Brasil, como já mencionado, são frutos do processo de transição democrática, instaurado na década de 1980, com ganhos reais para o setor cultural, tanto no âmbito de investimentos voltados para o campo como da legitimação de políticas públicas de cultura, a partir de então previstas constitucionalmente.

Além de dividirem a nascente, os campos profissionais partilham o vocabulário cultural com outras atuações no setor, como a mediação, a administração, a animação cultural, entre outros, e carregam uma origem e continuidade profundamente marcadas pela interdisciplinaridade e a transversalidade com diversos campos do conhecimento. Comunicação, educação, administração, sociologia, antropologia, artes, direito e economia são algumas das áreas que dialogam diretamente com a produção e gestão da Cultura. Mas então, o que as diferencia?

A indefinição da diferença entre produtor ou gestor cultural não é só uma questão de nomenclatura, mas tem se tornado um tema relevante, pois passou a ser uma discussão de posicionamento no próprio mercado de trabalho. Essa diferenciação é uma ação ou o reflexo da realidade vivida por esses profissionais que, diante da complexificação das relações de trabalho, deparam com esse questionamento, no qual o produtor tem sido colocado como um profissional mais executivo e o gestor no âmbito das ações mais estratégicas. No entanto, apesar de serem identificadas como duas profissões diferentes, elas se confundem enquanto ocupação de espaços de atuação no mercado cultural e, principalmente, em relação aos saberes desenvolvidos em cada profissão, coexistindo, ao mesmo tempo, no mercado de trabalho (Cunha, 2007, p. 7).

A partir da definição anterior, apesar de sua coexistência no campo, em uma aferição geral, entende-se que as competências para a formação de um gestor não se aplicam somente ao seu objeto de gerenciamento, mas também aos recursos a serem coordenados pelo mesmo e às organizações necessárias ao processo gerencial e que, no caso do produtor, aplicam-se apenas os conhecimentos técnicos aprofundados e específicos (Jordão; Birche; Allucci, 2016).

Para esta pesquisa, entretanto, além de serem observadas as distinções entre a produção cultural, em seu caráter executor e logístico, e a gestão cultural, em seu caráter planejador e gerencial, compreende-se também que os campos profissionais atuam em constante transversalidade e que, em vista disso, não cabe aqui enclausurá-los semanticamente. Assim, a escolha por agrupar e investigar os dois campos parte da conclusão de que, ainda que díspares, são áreas de inegável complementaridade e que, entre as formações do setor, são também dois pilares pedagógicos a serem esmiuçados.

MAPEANDO OS CURSOS DE GESTÃO E PRODUÇÃO CULTURAL: SÃO PAULO

Para a concretização desta pesquisa, escolhas precisaram ser feitas no sentido de mapear os cursos de gestão e produção culturais disponibilizados, estabelecendo critérios que os reunissem e ocasionando, assim, a exclusão de alguns dos resultados obtidos.

Considerando os cursos recolhidos, determinou-se que fossem: 1) ofertados na cidade de São Paulo; com algumas exceções que serão justificadas; 2) de longa ou média duração; 3) com pelo menos mais de uma edição; 4) que tivessem como temáticas prioritárias gestão ou produção cultural, também com algumas exceções posteriormente explicadas.

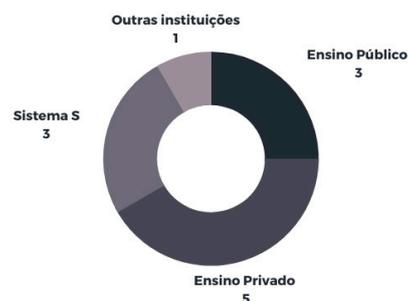
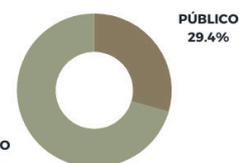
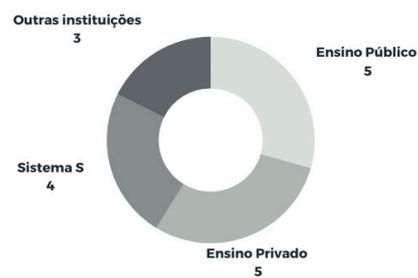
Também é essencial salientar que esta pesquisa não se propõe a mapear todos os cursos disponíveis e existentes no município, visto que não há tempo e equipe suficientes para tal nível de alcance, assim, a proposição aqui será somente trazer à tona os cursos de maior relevância no cenário e discutir alguns de seus aspectos. Além disso, é importante pontuar o recorte temporal de mapeamento aqui realizado, visto que sua coleta data de 2022, ou seja, possíveis alterações e atualizações dos dados feitas no ano de 2023 não constam nesta pesquisa.

Por fim, a partir dos critérios e colocações estabelecidas, foram mapeados um total de dezessete cursos, número final, porém, que excetua uma série de oficinas e capacitações de curta duração, desconsideradas aqui não apenas por sua brevidade, mas também por sua descontinuidade, visto que boa parte das formações encontradas neste formato são avulsas.

1. POR INSTITUIÇÃO E CURSO

Quadro 1. Tabela e gráficos por instituição e curso

	NATUREZA INSTITUCIONAL	INSTITUIÇÃO	CURSO
1	Ensino Público	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	Gestão de Projetos Culturais
2			Mídia, Informação e Cultura
3			Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais
4		UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)	Gestão, Política e Produção Cultural
5		CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULO SOUZA (CPS)	Produção Cultural
6	Ensino Privado	CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES	Produção Cultural
7		FACULDADE GETÚLIO VARGAS (FGV)	Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão
8		FACULDADE UNYLEYA	Produção Cultural, Arte e Entretenimento
9		FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO (FAAP)	Produção Cultural
10	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL (UNICSUL)	Produção Cultural	
11	Sistema S	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC)	Gestão de Projetos e Programas Culturais
12		SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI)	Gestão Cultural: cultura, desenvolvimento e mercado
13		SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC)	Curso Sesc de Gestão Cultural
14	Outros	INSTITUTO ITAÚ CULTURAL (IC)	Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas
15			Gestão Cultural Contemporânea: da Ampliação do Repertório Poético à Construção de Equipes Colaborativas
16			Gestão e Políticas Culturais
17			



Fonte: elaborado pela autora (2022).

A primeira divisão dos cursos encontrados foi realizada a partir de sua natureza institucional, setorizada entre ensino público e privado, sistema S e outras instituições.

Importante citar que se optou por manter alguns cursos ofertados fora dos critérios devido a sua continuidade e relevância em termo de oferta e procura, como, por exemplo, no caso das formações voltadas para cultura conectada a temas como mídia e relações étnico-raciais, economia etc. No caso da pós-graduação em Gestão, Política e Produção Cultural, oferecida pela Universidade de Campinas (Unicamp), sua menção foi mantida por seu possível diálogo com o município de São Paulo em termos de distância.

A partir do quadro apresentado, somando-se ensino privado, sistema S e outras instituições, observa-se uma maior concentração de cursos de caráter privado, 70,6%, o que evidencia uma carência de investimentos por parte do poder público para a capacitação de gestores e produtores culturais.

2. POR LOCAIS DE OFERTA

Tabela 1. Tabela por locais de oferta

	INSTITUIÇÃO	LOCAIS DE OFERTA	CURSO
1	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Comunicação e Cultura (CELACC) da Escola de Comunicação e Artes (ECA)	Gestão de Projetos Culturais
2			Mídia, Informação e Cultura
3			Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais
4	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)	Instituto de Artes - Unicamp (IAR)	Gestão, Política e Produção Cultural
5	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULO SOUZA (CPS)	ETEC Santa Iligênia	Produção Cultural
6	CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES	Campus São Paulo (Vila Mariana) e Campus Sorocaba	Produção Cultural
7	FACULDADE GETÚLIO VARGAS (FGV)	Escola de Ciências Sociais da FGV	Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão
8	FACULDADE UNYLEYA	Faculdade Unyleya	Produção Cultural, Arte e Entretenimento
9	FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO (FAAP)	FAAP (Campus São Paulo)	Produção Cultural
10	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL (UNICSUL)	Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)	Produção Cultural
11	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC)	SENAC São Paulo	Gestão de Projetos e Programas Culturais
12		Centro Universitário SENAC em parceria com a Universidade de Lisboa	Gestão Cultural: cultura, desenvolvimento e mercado
13	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI)	Faculdade Sesi de Educação e Centro Cultural FIESP	Gestão de Projetos Culturais
14	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC)	Centro de Pesquisa e Formação (Sesc São Paulo)	Curso Sesc de Gestão Cultural
15	INSTITUTO ITAÚ CULTURAL (IC)	Itaú Cultural em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas
16		Itaú Cultural em parceria com Instituto Singularidades	Gestão Cultural Contemporânea: da Ampliação do Repertório Poético à Construção de Equipes Colaborativas
17		Itaú Cultural em parceria com a Universidade de Girona (Espanha)	Gestão e Políticas Culturais

Fonte: elaborado pela autora (2022).

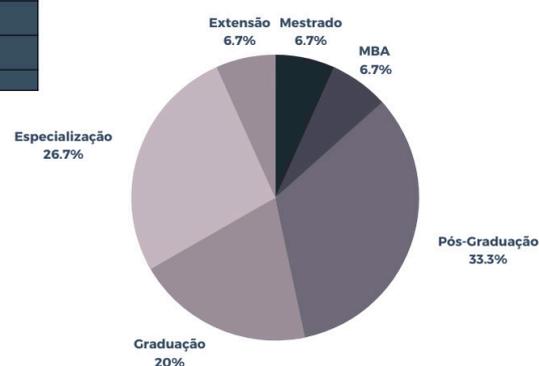
A Tabela 1 evidencia, além dos cursos e instituições mapeados, os locais de oferta, isto é, os centros universitários, de pesquisa, campi, escolas e institutos que ofertam os cursos mapeados, sejam presenciais, semipresenciais ou de ensino à distância.

3. POR GRAU ACADÊMICO

No Quadro 2 a seguir, a aferição foi realizada a partir do grau acadêmico de cada um dos cursos, que nesta pesquisa foram divididos em 6 categorias: 1) Pós-Graduação, no caso dos cursos lato sensu, isto é, especializações de sentido amplo com duração mínima de 360 horas; 2) Graduação, podendo ser Bacharelado ou Tecnólogo; 3) Especialização, mantida com este nome geral por não se encaixarem necessariamente enquanto pós-graduação; 4) Mestrado, isto é, stricto sensu, com duração mínima de dois anos e podendo ser acadêmico ou profissional; 5) MBA (Master in Business Administration), que, apesar do nome, academicamente se equipara a uma pós-graduação lato sensu; 6) Extensão, formação acadêmica mais curta, em geral com a intenção de complementar algum conhecimento específico.

Quadro 2. Tabela e gráfico por grau acadêmico

	INSTITUIÇÃO	CURSO	GRAU ACADÊMICO
1	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	Gestão de Projetos Culturais	Pós-Graduação (<i>Lato Sensu</i>)
2		Mídia, Informação e Cultura	
3		Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais	
4	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)	Gestão, Política e Produção Cultural	Pós-Graduação (<i>Lato Sensu</i>)
5	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC)	Gestão de Projetos e Programas Culturais	Pós-Graduação (<i>Lato Sensu</i>)
6		Gestão Cultural: cultura, desenvolvimento e mercado	Pós-Graduação (<i>Lato Sensu</i>)
7	FACULDADE UNYLEYA	Produção Cultural, Arte e Entretenimento	Pós-Graduação (<i>Lato Sensu</i>)
8	CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES	Produção Cultural	Graduação
9	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL (UNICSUL)	Produção Cultural	Graduação
10	FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO (FAAP)	Produção Cultural	Graduação (<i>Tecnólogo</i>)
11	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULO SOUZA (CPS)	Produção Cultural	Especialização (<i>Técnica</i>)
12	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC)	Curso Sesc de Gestão Cultural	Especialização
13	INSTITUTO ITAÚ CULTURAL (IC)	Gestão Cultural Contemporânea: da Ampliação do Repertório Poético à Construção de Equipes Colaborativas	Especialização
14		Gestão e Políticas Culturais	Especialização
15		Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas	Mestrado (<i>Profissional</i>)
16	FACULDADE GETÚLIO VARGAS (FGV)	Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão	MBA (<i>Executivo</i>)
17	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI)	Gestão de Projetos Culturais	Curso de Extensão



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Por meio do quadro, verifica-se um maior número de pós-graduações lato sensu e as especializações, que lideram com 33,3% e 26,7%, representando 60% dos cursos coletados.

4. POR TEMÁTICA

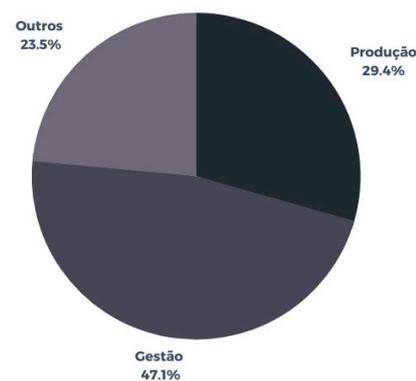
É possível observar a partir dos números do Quadro 3 uma predominância de cursos voltados à gestão, somando 47,1% do total. Ao cruzar estes dados com os do Quadro 2, relativos ao grau acadêmico desses cursos, constata-se que a maior parte dos cursos de Gestão são ofertados como pós-graduação ou especialização, enquanto a maior parcela dos cursos de graduação encontrados é de Produção Cultural.

Tal número corrobora algumas reflexões em torno das diferenciações entre Produção e Gestão Cultural:

O papel do gestor, enquanto gerenciador, possui um caráter mais interdisciplinar e transversal de atuação, enquanto, no caso do produtor, seu campo de execução tem abordagem dentro de um escopo mais fechado de formação, e isto se evidencia pela maior oferta de formação específica para a atuação em produção, enquanto na área de gestão, a maior oferta é como complementação posterior e atrelada a áreas correlatas.

Quadro 3. Tabela e gráfico por temática

	TEMÁTICA	INSTITUIÇÃO	CURSO
1	PRODUÇÃO	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULO SOUZA (CPS)	Produção Cultural
2		CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES	Produção Cultural
3		FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO (FAAP)	Produção Cultural
4		UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL (UNICSUL)	Produção Cultural
5		FACULDADE UNILEYA	Produção Cultural, Arte e Entretenimento
6	GESTÃO	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC)	Curso Sesc de Gestão Cultural
7		SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC)	Gestão de Projetos e Programas Culturais
8		SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI)	Gestão de Projetos Culturais
9		UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	Gestão de Projetos Culturais
10		UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)	Gestão, Política e Produção Cultural
11		INSTITUTO ITAÚ CULTURAL (IC)	Gestão e Políticas Culturais
12		SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC)	Gestão Cultural: cultura, desenvolvimento e mercado
13		INSTITUTO ITAÚ CULTURAL (IC)	Gestão Cultural Contemporânea: da Ampliação do Repertório Poético à Construção de Equipes Colaborativas
14	OUTROS	INSTITUTO ITAÚ CULTURAL (IC)	Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas
15		FACULDADE GETÚLIO VARGAS (FGV)	Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão
16		UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	Mídia, Informação e Cultura
17		UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais



Fonte: elaborado pela autora (2022).

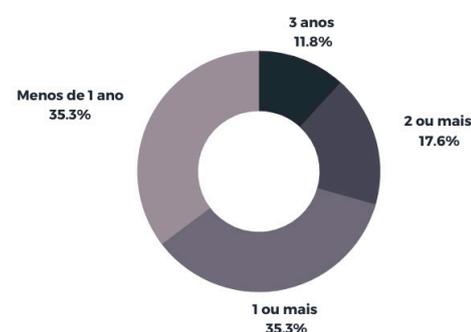
5. POR DURAÇÃO E CARGA HORÁRIA

No Quadro 4, observa-se que os cursos com temática de Gestão têm, em sua maioria, duração de 6 a 18 meses, e os de Produção, de 30 a 36 meses, o que se relaciona diretamente com o grau acadêmico discutido anteriormente. Aqui é importante pontuar também que ambos os cursos que trazem a área de economia como temática correlata, um enquanto MBA e o outro enquanto Mestrado Profissional, duram 24 meses.

No gráfico, os cursos de um ano ou mais e de menos de um ano são mais numerosos que as capacitações de maior duração, chegando a 70,6% do total. É importante enfatizar, porém, que maior duração não significa necessariamente maior carga horária, visto que há cursos listados que têm duração em meses menor, entretanto em horas-aula maior. Este fenômeno pode estar relacionado tanto aos diferentes graus acadêmicos quanto às temáticas distintas.

Quadro 4. Tabela e gráfico por duração e carga horária.

	INSTITUIÇÃO	CURSO	DURAÇÃO PREVISTA	CARGA HORÁRIA
1	FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO (FAAP)	Produção Cultural	36 meses	2880h
2	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	Produção Cultural	36 meses	2280h
3	CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES	Produção Cultural	30 meses	2480h
4	INSTITUTO ITAÚ CULTURAL (IC)	Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas	24 meses	360h
5	FACULDADE GETÚLIO VARGAS (FGV)	Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão	24 meses	435h
6	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	Gestão de Projetos Culturais	18 meses	480h
7		Mídia, Informação e Cultura	18 meses	480h
8		Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais	18 meses	480h
9	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC)	Gestão de Projetos e Programas Culturais	12 meses	360h
10		Gestão Cultural: cultura, desenvolvimento e mercado	12 meses	360h
11	INSTITUTO ITAÚ CULTURAL (IC)	Gestão Cultural Contemporânea: da Ampliação do Repertório Poético à Construção de Equipes Colaborativas	12 meses	360h
12	INSTITUTO ITAÚ CULTURAL (IC)	Gestão e Políticas Culturais	9 meses	690h
13	FACULDADE UNILEYA	Produção Cultural, Arte e Entretenimento	9 meses	360h
14	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)	Gestão, Política e Produção Cultural	7 meses	360h
15	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC)	Curso Sesc de Gestão Cultural	7 meses	250h
16	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI)	Gestão de Projetos Culturais	6 meses	105h (online) ou 120h (semipresencial)
17	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULO SOUZA (CPS)	Produção Cultural	3 meses	Não consta



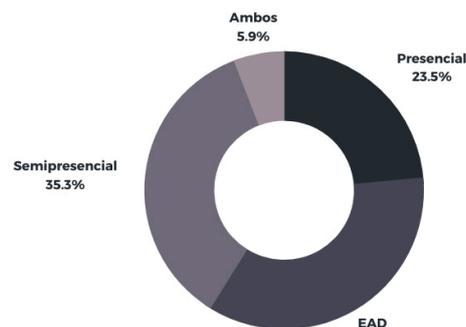
Fonte: elaborado pela autora (2022).

6. POR MODALIDADE

De acordo com o Quadro 5, os cursos em modalidade semipresencial e EAD empatam, somando 70,6% dos cursos analisados. Um aspecto a ser questionado aqui é o impacto da pandemia de Covid-19 no formato dessas capacitações. Sabe-se por meio desta pesquisa que alguns dos cursos eram anteriormente presenciais e migraram para outros formatos e que outros mais recentes já nasceram em formatos não presenciais.

Por fim, outro aspecto importante para reflexão são os impactos destas escolhas nos possíveis discentes, pois uma formação híbrida ou online facilita em termos de alcance territorial, dando chance a alunos de outros locais de desfrutarem do curso, mas exclui pessoas que ou não têm acesso à internet ou não possuem uma conexão de qualidade. Sabe-se que no Brasil, mesmo no ano de 2022, mais de 36 milhões de pessoas não acessam a internet (Portal G1, 2022).

Quadro 5. Tabela e gráfico por modalidade

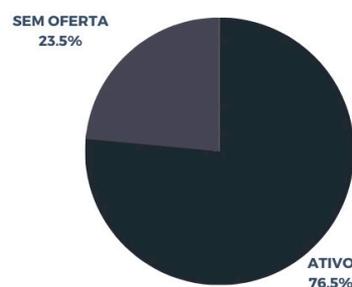


	INSTITUIÇÃO	CURSO	MODALIDADE
1	FACULDADE GETÚLIO VARGAS (FGV)	Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão	Presencial
2	FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO (FAAP)	Produção Cultural	Presencial
3	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULO SOUZA (CPS)	Produção Cultural	Presencial
4	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC)	Gestão de Projetos e Programas Culturais	Presencial
5		Gestão Cultural: cultura, desenvolvimento e mercado	Ensino a distância (EAD)
6	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL (UNICSUL)	Produção Cultural	Ensino a distância (EAD)
7	FACULDADE UNYLEYA	Produção Cultural, Arte e Entretenimento	Ensino a distância (EAD)
8	CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES	Produção Cultural	Ensino a distância (EAD)
9	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	Gestão de Projetos Culturais	Ensino a distância (EAD)
10	INSTITUTO ITAÚ CULTURAL (IC)	Gestão Cultural Contemporânea: da Ampliação do Repertório Poético à Construção de Equipes Colaborativas	Ensino a distância (EAD)
11		Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas	Semipresencial
12		Gestão e Políticas Culturais	Semipresencial
13	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	Mídia, Informação e Cultura	Semipresencial
14		Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais	Semipresencial
15	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)	Gestão, Política e Produção Cultural	Semipresencial
16	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC)	Curso Sesc de Gestão Cultural	Semipresencial
17	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI)	Gestão de Projetos Culturais	Semipresencial ou EAD

Fonte: elaborado pela autora (2022).

7. POR STATUS DO CURSO

Quadro 6. Tabela e gráfico por status.



	INSTITUIÇÃO	CURSO	STATUS
1	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	Gestão de Projetos Culturais	ATIVO
2		Mídia, Informação e Cultura	ATIVO
3		Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais	ATIVO
4	CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES	Produção Cultural	ATIVO
5	FACULDADE UNYLEYA	Produção Cultural, Arte e Entretenimento	ATIVO
6	FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO (FAAP)	Produção Cultural	ATIVO
7	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL (UNICSUL)	Produção Cultural	ATIVO
8	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC)	Gestão de Projetos e Programas Culturais	ATIVO
9		Gestão Cultural: cultura, desenvolvimento e mercado	ATIVO
10	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI)	Gestão de Projetos Culturais	ATIVO
11	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC)	Curso Sesc de Gestão Cultural	ATIVO
12	INSTITUTO ITAÚ CULTURAL (IC)	Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas	ATIVO
13		Gestão Cultural Contemporânea: da Ampliação do Repertório Poético à Construção de Equipes Colaborativas	ATIVO
14		Gestão e Políticas Culturais	SEM OFERTA
15	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULO SOUZA (CPS)	Produção Cultural	SEM OFERTA
16	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)	Gestão, Política e Produção Cultural	SEM OFERTA
17	FACULDADE GETÚLIO VARGAS (FGV)	Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão	SEM OFERTA

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Na pesquisa, um grande desafio foi encontrar informações recentes sobre os cursos, visto que alguns estavam sem atualizações por um longo período. Dos cursos encontrados, quatro deles, isto é, 23,5%, estavam sem oferta no momento do levantamento. Daí se conclui que, dos dezessete cursos recolhidos, apenas treze estão ativos atualmente.

Este número demonstra-se abaixo, dimensionado, primeiramente, para o setor cultural do estado de São Paulo, que representa 7,5% do setor do país (IBGE, 2021), no qual a maior parte de seus profissionais encontra-se na capital, com uma população aproximada de 12,3 milhões e concentrando a maior parte dos aparatos culturais.

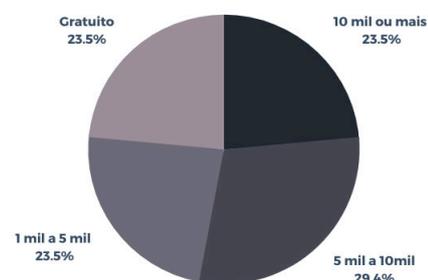
8. POR VALOR

É importante pontuar aqui algumas escolhas tomadas.

Optou-se por colocar o curso da Faculdade Getúlio Vargas (FGV) na categoria de R\$ 10 mil ou mais, pois, apesar de não se saber ao certo o valor de sua mensalidade, este pode ser inferido em um comparativo com os outros cursos oferecidos pela instituição.

Para fins de cálculo, considerou-se o valor integral dos cursos, sem levar em conta os possíveis descontos, mesmo sabendo da importância dos mesmos.

Quadro 7. Tabela e gráfico por valor.



	INSTITUIÇÃO	CURSO	VALOR
1	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC)	Gestão de Projetos e Programas Culturais	R\$ 19.334,00 - 24 parcelas de R\$ 805,58
2	CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES	Produção Cultural	R\$ 17.877,60 - 30 Parcelas de R\$ 565,95
3	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)	Gestão, Política e Produção Cultural	R\$ 10.157,68 - 1 parcela à vista ou no crédito 19 parcelas de R\$ 534,61
4		Gestão de Projetos Culturais	R\$ 9.000,00 - Matrícula (R\$ 500,00) + 17 parcelas de R\$ 500,00
5	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	Mídia, Informação e Cultura	R\$ 9.000,00 - Matrícula (R\$ 500,00) + 17 parcelas de R\$ 500,00
6		Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais	R\$ 9.000,00 - Matrícula (R\$ 500,00) + 17 parcelas de R\$ 500,00
7	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL (UNICSUL)	Produção Cultural	R\$ 7.163,28 - 36 parcelas de R\$ 198,98
8	FACULDADE UNYLEYA	Produção Cultural, Arte e Entretenimento	R\$ 5999,84 - Boleto Bancário: 22x de R\$ 272,72 R\$ 2880,00 - Crédito Recorrente: 16x de R\$ 180,00 R\$ 2520,00 Cartão de Crédito: 12x de R\$ 210,00
9	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC)	Gestão Cultural: cultura, desenvolvimento e mercado	R\$ 4295,84 - 16 parcelas de R\$ 268,49
10	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC)	Curso Sesc de Gestão Cultural	R\$ 3200,00 - inteira; R\$ 1600,00 - pessoa com mais de 60 anos, pessoa com deficiência, estudante e professor da rede pública com comprovante; R\$ 800,00 - credencial plena: trabalhador do comércio de bens, serviços e turismo matriculado no Sesc e dependentes.
11	FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO (FAAP)	Produção Cultural	R\$ 2332,00
12	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI)	Gestão de Projetos Culturais	R\$ 1.400 - versão online; R\$ 1.600 - versão híbrida (com estágio)
13	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULO SOUZA (CPS)	Produção Cultural	Gratuito
14		Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas	Gratuito
15	INSTITUTO ITAÚ CULTURAL (IC)	Gestão Cultural Contemporânea: da Ampliação do Repertório Poético à Construção de Equipes Colaborativas	Gratuito
16		Gestão e Políticas Culturais	Gratuito
17	FACULDADE GETÚLIO VARGAS (FGV)	Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão	Não consta

Fonte: elaborado pela autora (2022).

O Quadro 7 indica que apenas 23,5% dos cursos são gratuitos. Se cruzarmos estes dados com os das tabelas anteriores, veremos que, desses, apenas um curso vem do ensino público e está atualmente sem oferta. Ou seja, não há entre os cursos ativos encontrados nenhum de caráter público e gratuito.

A partir dos números, pode-se questionar: Para quem esses cursos são direcionados? Quem consegue pagá-los? Que parcela do setor cultural de São Paulo consegue de fato usufruir dessas capacitações?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o percurso percorrido por meio da contextualização do termo cultura, de um breve histórico dos campos profissionais da gestão e da produção cultural, bem como de seus escopos, levantaram-se os dados das formações disponíveis nestas áreas na cidade de São Paulo. Por meio de tabelas e gráficos, abordando os dezessete cursos encontrados, apresentaram-se números e breves discussões sobre diversos aspectos, como instituição, grau acadêmico, temática, duração, carga horária, modalidades, status atual e valores dos mesmos.

Os resultados, apesar de carecerem de maior profundidade, demonstram que as formações em gestão e produção cultural, mesmo em São Paulo enquanto importante polo cultural, necessitam de transformações. É premente que haja mais cursos ativos e contínuos e, ainda mais, cursos acessíveis em termos de valor, de modalidade, de localização.

Ainda há muito pelo que lutar em um setor cultural ainda distante das metas formalizadas pelo Plano Nacional de Cultura, no seio democrático da Constituição de 1988, mas, como bem concluem Rubim, Vilutis e Oliveira,

O exercício de projetar futuros para a gestão cultural nos próximos dez anos nos remete à categoria freireana de inédito viável (Freire, 2005), o anúncio de algo ainda não vivido, mas que, quando percebido, torna-se possível. A construção de inéditos-viáveis, segundo Freire, requer um complexo processo político-pedagógico de percepção crítica da realidade e de superação das situações-limite. É por meio da denúncia da realidade excludente, desigual, opressora e genocida e do anúncio de possibilidades de mudança que o compromisso com a concretização de inéditos-viáveis se manifesta, através da práxis, da ação transformadora de superação da situação obstaculizante em que nos encontramos com reflexão e

intencionalidade. A dialética de denúncia e anúncio passa pela problematização das contradições da realidade e da conscientização, que impulsionam a ação (Rubim; Vilutis; Oliveira, 2021, p. 24).

REFERÊNCIAS

- BARBALHO, Alexandre; COSTA, Leonardo; RUBIM, Albino. “Formação em organização da cultura no Brasil: apontamentos iniciais”. In _____; _____; _____. *Mapeamento da formação em Organização Cultural no Brasil*. [S. l.]: CULT/UFBA, 2009. Documento on-line.
- BOTELHO, Isaura. “Dimensões da cultura e políticas públicas”. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, pp. 73-83, 2001.
- CHATI, Gabriel Medeiros. “Formação em gestão cultural no Brasil: desafios e possibilidades”. *RELACult*, v. 7, n. 3, 2021.
- CUCHE, Denys. *O conceito de cultura nas Ciências Sociais*. Trad. Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: Edusc, 2002.
- CUNHA, Maria Helena. *Gestão Cultural: Profissão em formação*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- _____. *Gestão Cultural: Construindo uma Identidade Profissional*. III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), 2007.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Lisboa: Temas e Debates, 2003.
- _____. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- GADELHA, Rachel; BARBALHO, Alexandre. “Políticas públicas de cultura e o campo da produção cultural”. *Pensamento & Realidade*, ano XVI, v. 28, n. 4, pp. 78, 2013.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. São Paulo: LTC, 1989.
- HALL, Stuart. “Culture and the State”. In KEYNES, M. *Popular Culture*. Maidenhead: Open University Press, 1982, pp. 7.
- JORDÃO, Gisele; BIRCHE, Leonardo; ALLUCCI, Renata. R. *Mapeamento dos cursos de gestão e produção cultural no Brasil 1995–2015*. São Paulo: Itáu Cultural, 2016.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 9ª. ed. Jorge Zahar Editor, 1993.
- MARANHÃO, Romero de Albuquerque. *Gestão e arte ou gestão cultural: uma análise crítica da formação no Brasil*. *Anais VII CONEDU - Edição Online*. Campina Grande: Realize Editora, 2020.
- MinC – Ministério da Cultura. *Plano Nacional de Cultura*. Relatório 2013 das metas de acompanhamento. Brasília: Ministério da Cultura, 2013.

- NUSSBAUMER, Gisele. M.; KAUARK, Giuliana. “Formação e prática em gestão cultural: entre o tecnicismo e o engajamento”. *Extraprensa*, v. 14, n. 2, pp. 197-210, 2021.
- PORTAL G1. “36 milhões de pessoas no Brasil não acessaram a internet em 2022, diz pesquisa”. G1, São Paulo, 16 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/05/16/36-milhoes-de-pessoas-no-brasil-nao-acessaram-a-internet-em-2022-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 8 de ago. de 2023.
- RUBIM, Antonio A. Canelas. “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios”. In _____; BARBALHO, A. *Políticas culturais no Brasil*. Coleção CULT. Salvador: Edufba, 2007.
- _____; VILUTIS, Luana; OLIVEIRA, Gleise C. Ferreira de. “Gestão cultural nos próximos dez anos”. *Extraprensa*, v. 14, n. 2, pp. 9-26, 2021.
- TYLOR, Edward Burnett. “A ciência da cultura”. In CASTRO, C. (org.). *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. pp. 67-99.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1969.